

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES

Valter Campanato/Agência Brasil



Proposta foi apresentada pelo ex-ministro Barroso

Aprovado reajuste para o Judiciário. PL vai ao Senado

A Câmara dos Deputados aprovou dois projetos de lei que reajustam remunerações das carreiras do Poder Judiciário. Os textos irão ao Senado. Ambos são de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF). O primeiro deles é o Projeto de Lei 4750/25, relatado pelo deputado Rafael Prudente (MDB-DF), e concede reajuste sobre os salários de 8% em ju-

lho de cada ano, de 2026 a 2028. Já o Projeto de Lei 3084/25, com parecer do deputado Coronel Meira (PL-PE), reformula o Adicional de Qualificação (AQ) vigente para criar novas categorias de cursos que podem resultar em acréscimo salarial para o servidor e reajusta os valores atuais. Os textos agora seguem para análise do Senado.

Perda de 24,21%

Em relação ao PL 4750/25, o Supremo argumenta que, com base no acúmulo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde fevereiro de 2019, a perda de poder aquisitivo dos servidores do Judiciário da União atinge 24,21% até julho de 2025, mesmo

com os reajustes de 2023 a 2025. “Essa perda acumulada pode atingir 31,36% em junho de 2026, segundo projeções inflacionárias baseadas no comportamento dos últimos 12 meses”, diz o ex-ministro Luís Roberto Barroso, então presidente da Corte.

Divulgação/TCDF



Texto aprovado na Câmara agora vai à promulgação

Tribunais de Contas são órgãos permanentes

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/22, que considera os tribunais e conselhos de Contas instituições permanentes e essenciais ao controle externo, foi aprovada pela Câmara. Como o texto foi votado em dois turnos, ele segue agora para promulgação.

Os tribunais de Contas são órgãos auxiliares do

Poder Legislativo que atuam no controle das contas da administração pública. O texto aprovado modifica os artigos 31 e 75 da Constituição Federal para determinar que os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo dos estados, do Distrito Federal e municípios.

Conselhos em estados e municípios

A proposta aprovada diz que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos municípios, onde houver.

A norma aprovada na Câmara dos Deputados

Novos desembargadores no TJ-RJ

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) tem três novos desembargadores. Promovidos durante sessão plenária do Órgão Especial realizada na segunda-feira (3), os magistrados Alessandro Oliveira Felix, Rosidélvio Lopes da Fonte e Ana Paula Monte Figuei-

redo Pena Barros tomaram posse no cargo de desembargador. O juiz Alessandro de Oliveira Felix foi promovido pelo critério de merecimento, na vaga do desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira (presidente do Tribunal no biênio 2021-2022).



Gustavo Moreno/STF

Fachin ressaltou que o Supremo defende que a proteção dos direitos humanos deve ser medida de segurança pública

Por Martha Imenes

Ações em diversas frentes visam enfraquecer o crime organizado no país, principalmente na parte financeira. Após o Banco Central anunciar um pacote de medidas para aumentar a segurança e a transparência no sistema financeiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) vão mapear as organizações criminosas que atuam no Brasil. As novas regras do BC, que entram em vigor em 1º de dezembro, tornam o controle sobre as contas mais rigoroso — especialmente aquelas identificadas em investigações por terem sido usadas por organizações criminosas. Estão na mira do BC: operações via Pix, fintechs e instituições de pagamento.

As medidas são respostas à ação policial ocorrida no Rio de Janeiro, que resultou em 121 mortes e 81 prisões. Fachin avalia que o mapeamento vai ajudar na elaboração de estratégias para reprimir o crime organizado.

“O Poder Judiciário está atento a isso e atuando fundamentalmente em duas frentes: a primeira delas é no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Nós estamos desenvolvendo e, em breve teremos, o mapa das organizações criminosas do Brasil, donde provém, onde estão,

CNJ vai mapear organizações criminosas

Medida do conselho se soma à ação do Banco Central, que endureceu as regras para fintechs

quais seus principais pontos de interesse para que, a partir de dados e evidências, todo o sistema de Justiça, incluindo, de modo especial, as polícias e a Polícia Federal, possam ter melhores políticas de combate às organizações criminosas”, afirmou.

O presidente do CNJ ressaltou que o Supremo defende que a proteção dos direitos humanos deve ser tratada como medida de segurança pública. “Onde há uma organização criminosa, há uma conexão, que começa dentro dos estabelecimentos penitenciários. É esse elo que precisa ser cortado”, completou.

Os desdobramentos da Operação Contenção são acompanhados na Corte por meio do processo que é conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual o STF já deter-

minou medidas para combater a letalidade policial na capital fluminense.

Ministro quer acelerar Tribunal do Júri

O presidente do Supremo advertiu que o Judiciário não está de “braços cruzados” e busca agilizar tribunais do Júri em todo o país, para solução mais rápida de crimes contra a vida.

Segundo dados do CNJ, no ano passado foram julgados 8,3 mil processos durante o esforço concentrado. Neste ano, são priorizados os crimes dolosos contra a vida de mulheres, menores de 14 anos, ações envolvendo policiais e processos com mais de cinco anos de tramitação sem desfecho.

Fachin afirmou que a diretriz no momento é priorizar e au-

mentar a frequência das sessões de júri popular nas pautas dos tribunais e modernizar o processamento desse tipo de ação.

“Entre o cometimento de um ato o oferecimento da denúncia e seu julgamento tem que decorrer cada vez mais um tempo menor”, disse.

O ministro Fachin reconheceu que há críticas bem fundamentadas sobre imperfeições do Tribunal do Júri, mas disse se tratar de instituto previsto na Constituição e que, por isso, deve ser reforçado. Ele acrescentou que “serão feitos debates e discussões sobre o sentido e alcance das decisões do Tribunal do Júri”, mas o objetivo será sempre “aprofundar a importância da Justiça que é feita com a participação da sociedade”.

Projeto Sinergia: iniciado o curso sobre IA para integrantes do TRF-1

Ascom/TRF-1



Curso começou na segunda-feira passada no TRF-1 e vai até 1º de dezembro

1) para realizar governança e gestão de soluções com o uso de IA na 1ª Região. Eles são responsáveis pelos cursos que vêm sendo ministrados sobre o tema.

Participaram deste primeiro encontro o presidente do TRF-1, desembargador federal João Batista Moreira; a vice-presidente, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas; o diretor da Esmaf, desembargador federal Jamil de Jesus Oliveira; a desembargadora federal Ana Carolina Roman além de os desembargadores federais Pedro Braga Filho, Marcelo Albernaz, Marcus Bastos, Roberto Carvalho Veloso e Flávio Jardim.

Encontro de tribunais

A vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, e o juiz federal Rafael Lima da Costa representam o TRF-1 no II Encontro com Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais sobre Admissibilidade de Recursos. O evento é promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ocorre nesta terça-feira, 4 de novembro, em Brasília.

O painel apresentado pela vice-presidente do TRF1 vai ter início às 16h e abordará o uso

ético e supervisionado da Inteligência Artificial na admissibilidade recursal e a trajetória do GPT Assessor – IA Institucional do TRF1, desenvolvido em ambiente seguro e 100% humano-supervisionado.

“A tecnologia, quando usada com método e propósito, torna-se consciência institucional, e fortalece a Justiça que escolhe evoluir com segurança, humanidade e eficiência”, afirma a desembargadora Gilda.

O encontro tem a participação de representantes de TJs e TRFs, e especialistas na área de tecnologia.